



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

Concurso Público para Provimento de Cargos
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
Edital 85/2019, de 29 de maio de 2019

Cargo: CONTADOR

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO:

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta azul ou preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente**, documento de identificação, caneta de material transparente com tinta azul ou preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões.
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão-Resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Questões é formado por 40 questões:

Disciplina	Quantidade	Peso
Português	10	2
Legislação e Ética na Administração Pública	10	2
Conhecimentos Específicos	20	3

NOME DO CANDIDATO:

PORTUGUÊS

Leia os seguintes versos de Fernando Pessoa, para responder à questão 01.

O vaso que dei àquela
Que não sabe quem lho deu
Há de ser posto à janela
Sem ninguém saber que é meu.

(PESSOA, Fernando. *Obra poética de Fernando Pessoa*, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 201).

01. Justifica-se a utilização do acento grave no primeiro verso em virtude:

- da presença de substantivo feminino após o verbo.
- da utilização de palavra que indica hora.
- da locução adverbial feminina expressando ideia de tempo, lugar ou modo.
- do termo regente exigir preposição antes do pronome demonstrativo empregado.
- do uso de pronome possessivo feminino.

02. Assinale a alternativa na qual encontramos um exemplo de verbo substantivado.

- “Deslugar:
Meu corpo desabitado,
que ao ver-te
quer vesti-lo
em mim, feito hábito.”
(*Deslugar*, Cyntia Osório)
- “Cato palavras ao acaso
Caídas como pétalas
Das árvores frondosas
Da língua da pátria”
(*O choro da História*, Clímério Ferreira)
- “Depois da chuva à tarde
O aroma das folhas mortas do verão.
A tarde sepulta o amor.
Nas folhas mortas do verão,
O silêncio dos ausentes.”
(*I*, Halan Silva)
- “[...]
A solidão é um fosso,
E viver sozinho, não posso.
[...]”
(*Oração*, Laerte Magalhães)

- “Eterno é o querer que se renova
Na procissão dos dias
Na miudeza do afeto
Na precisão um do outro.
[...]”
(*Querer*, Paulo Moura)

Leia o poema A cidade de, H. Dobal, para responder à próxima questão.

A cidade

Esta cidade sem poeira de vida
se fecha. Se prende, se tranca
em mil unidades de desespero.
Esta cidade
desolada isolada
ilha de poeira morta
subverte o silêncio
submerge os soluços

(DOBAL. H. *Poesia reunida*. 2. ed. Teresina: Oficina da Palavra, 2005, p. 191).

03. Nos dois primeiros versos do poema, observa-se o uso de:

- zeugma
- aliteração
- silepse
- anacoluto
- pleonismo

Leia os versos que encerram a peça teatral *Édipo Rei*, de Sófocles.

Contemplai, cidadãos da pátria Tebas,
contemplai esse Édipo famoso,
habilidoso em decifrar enigmas,
que tinha em suas mãos força e poder,
rei invejado, próspero e feliz,
mas sobre o qual acaba de abater-se
furiosa tempestade de infortúnios.
Pelo que vedes, a nenhum mortal
que ainda espera o dia derradeiro
consideréis feliz,
antes que tenha atingido e transposto,
livre de qualquer desgraça,
o marco final da vida.

(SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016, p. 191).

04. A partir da leitura do texto, podemos afirmar que:

- a) todas as pessoas podem ser vítimas dos reveses da vida.
- b) a desgraça marca o fim da vida de todas as pessoas.
- c) ninguém pode alcançar nenhum tipo de felicidade.
- d) toda felicidade traz em si uma forma de desgraça.
- e) para alcançar a felicidade é preciso decifrar o enigma da vida.

Leia o seguinte trecho do conto 1983, de Jorge Luis Borges.

Num restaurante do centro, Haydée Lange e eu conversávamos. A mesa estava posta e restavam fragmentos de pão e possivelmente dois cálices; é verossímil supor que havíamos jantado juntos. Discutíamos, acho, um filme de King Vidor. Nos cálices devia haver um pouco de vinho. Senti, com um início de tédio, que estava repetindo coisas já ditas e que ela sabia **disso** e me respondia de forma mecânica. De repente, me lembrei que Haydée Lange morrera havia muito tempo. Era um fantasma e não sabia. Não senti medo; senti que era impossível e talvez descortês revelar-lhe que era um fantasma, um belo fantasma.

[...]

(BORGES, Jorge Luis. *Atlas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 107).

05. O termo em destaque, “disso”, refere-se:

- a) à localização do restaurante.
- b) ao filme de King Vidor.
- c) ao fato de Haydée Lange ser um fantasma.
- d) à repetição de coisas já ditas pelo narrador.
- e) à forma mecânica com que Haydée conversava.

Leia o fragmento a seguir, de autoria de Fontes Ibiapina.

[...]

- O que foi?!!!
- Ou essa cabrichola não dança, ou ninguém mais arrasta os pés aqui hoje.
- Que cabrichola?!
- A Margarida de Pedro Antônio. Ela mesma.
- Aí, meu velho, é onde a porca torce o rabo, se não for bicó. Paciência!... Quem manda em minha filha sou eu, a mãe dela e mais ninguém em cima do chão.

[...]

(IBIAPINA, Fontes. *Vida gemida em Sambambaia*. 2. ed. Teresina: Corisco, 1998. p. 100).

06. As variações linguísticas presentes no texto em questão se dão por razões:

- a) históricas
- b) geográficas
- c) situacionais
- d) afetivas
- e) biológicas

Leia o poema *Adiar*, de Fernando Pessoa, para responder às questões 07 e 08.

ADIAR.

1. Depois de amanhã, sim, só depois de amanhã...
2. Levarei amanhã a pensar em depois de amanhã,
3. E assim será possível; mas hoje não...
4. Não, hoje nada; hoje não posso.
5. A persistência confusa da minha *subjectividade objectiva*,
6. O sono da minha vida real, intercalado,
7. O cansaço antecipado e infinito,
8. Um cansaço de mundos para apanhar um *eléctrico*...
9. Esta espécie de alma...
10. Só depois de amanhã...
11. Hoje quero preparar-me,
12. Quero preparar-me para pensar amanhã no dia seguinte...
13. Ele é que é decisivo.
14. Tenho já o plano traçado; mas não, hoje não traço planos...
15. Amanhã é o dia dos planos.

16. Amanhã sentar-me-ei à secretária para conquistar o mundo;
17. Mas só conquistarei o mundo depois de amanhã...
18. Tenho vontade de chorar,
19. Tenho vontade de chorar muito de repente, de dentro...
20. Não, não queiram saber mais nada, é segredo, não digo.
21. Só depois de amanhã...
22. Quando era criança o circo de domingo divertia-me toda a semana.
23. Hoje só me diverte o circo de domingo de toda a semana da minha infância...
24. Depois de amanhã serei outro,
25. A minha vida triunfar-se-á,
26. Todas as minhas qualidades reais de inteligente, lido e prático
27. Serão convocadas por um edital...
28. Mas por um edital de amanhã...
29. Hoje quero dormir, redigirei amanhã...
30. Por hoje, qual é o *espectáculo* que me repetiria a infância?
31. Mesmo para eu comprar os bilhetes amanhã,
32. Que depois de amanhã é que está bem o *espectáculo*...
33. Antes, não...
34. Depois de amanhã terei a pose pública que amanhã estudarei.
35. Depois de amanhã serei finalmente o que hoje não posso nunca ser.
36. Só depois de amanhã...
37. Tenho sono como o frio de um cão vadio.
38. Tenho muito sono.
39. Amanhã te direi as palavras, ou depois de amanhã...
40. Sim, talvez só depois de amanhã...
41. O porvir...
42. Sim, o porvir...

(PESSOA, F. *ABC de Fernando Pessoa*. São Paulo: Leya, 2016, p. 8-9).

07. Considerando a colocação dos pronomes oblíquos átonos, segundo a norma culta da Língua Portuguesa, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) No verso, "Quero preparar-me para pensar amanhã no dia seguinte..." (v. 12), a colocação pronominal está de acordo com a norma culta, segundo a qual, em estruturas verbais como essa, o pronome pode ser usado depois do verbo principal, desde que não seja um particípio.
- b) No verso, "Quando era criança o circo de domingo divertia-me toda semana" (v. 22), a ênclise é adequada, porque, nesses casos em que o verbo não inicia a oração, pode-se usar, indiferentemente, próclise ou ênclise.
- c) No verso, "Amanhã sentar-me-ei à secretária para conquistar o mundo" (v. 16), a mesóclise é inadequada, uma vez que, havendo palavra atrativa, um advérbio, no caso, a próclise deve prevalecer sobre a mesóclise.
- d) No verso, "A minha vida triunfar-se-á" (v. 25), a mesóclise é inadequada, porque o verbo no futuro do presente não está iniciando a oração.
- e) No verso, "Por hoje, qual é o espetáculo que me repetiria a infância?" (v. 30), a próclise é obrigatória em razão de um fator de próclise, um pronome relativo, no caso, exercendo influência sobre o pronome oblíquo, fazendo com que ele se posicione obrigatoriamente antes do verbo.

08. Dentre as passagens destacadas nas alternativas a seguir, há uma cujo sentido mais se aproxima da linguagem denotativa. Assinale-a.

- a) Tenho sono como o frio de um cão vadio. (v. 37)
- b) Todas as minhas qualidades reais (...) serão convocadas por um edital... (v. 26-27)
- c) Hoje quero dormir, redigirei amanhã... (v. 29)
- d) A persistência confusa da minha subjectividade objectiva (v. 5)
- e) O sono da minha vida real, intercalado (v. 6)

09. Sobre as atuais formas de tratamento e endereçamento nas comunicações oficiais estabelecidas pelo Decreto Presidencial nº 9.758/2019, uma das alternativas a seguir está **incorreta**. Assinale-a.

- a) O Decreto dispõe sobre a forma de tratamento empregada na comunicação estritamente escrita, com agentes públicos da administração pública federal direta e indireta, e sobre a forma de endereçamento dessas comunicações a eles dirigidas.
- b) Apenas “senhor” e “senhora”, e suas flexões para o plural, serão admitidos como pronome de tratamento adequado à comunicação com agentes públicos federais, independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião.
- c) O Decreto não se aplica às comunicações entre agentes públicos federais e autoridades estrangeiras ou de organismos internacionais.
- d) O Decreto ampliou as formas vedadas na 3ª Edição do Manual de 2018 (“ilustre”, “ilustríssimo”, “digno” ou “digníssimo”, “respeitável” ou “doutor”) para “Vossa Excelência ou Excelentíssimo”, “Vossa Senhoria”, “Excelentíssimo Senhor”.
- e) A forma “Vossa Magnificência”, utilizada para reitores(as) de instituições de ensino superior, não é citada na 3ª Edição do Manual, mas é mencionada no Decreto como forma de tratamento vedada.

Leia o excerto para responder à próxima questão.

Os livros têm o poder de provocar emoções, ampliar horizontes e disseminar ideias e conhecimentos. A leitura também pode ser usada como função terapêutica, a chamada biblioterapia. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem mais de 350 milhões de pessoas sofrendo com depressão no mundo e as terapias alternativas são grandes aliadas na reversão dessa situação.

(PAIVA, M. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/opini%C3%A3o-1.363900/livros-para-o-autoconhecimento-1.715383> Acesso em: 07 jul. 2019).

10. Com base nas regras de concordância verbal em Língua Portuguesa, na oração “Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem mais de 350 milhões de pessoas sofrendo com depressão no mundo”, a concordância está

- a) adequada, pois, em se tratando de expressões numéricas aproximativas, o verbo deve concordar com o numeral.
- b) adequada, pois, quando o sujeito é formado por expressão que indica quantidade aproximada, o verbo deve concordar com a ideia de plural implícita que existe na expressão “mais de um”.
- c) inadequada, pois o verbo deve concordar com a expressão “mais de” que indica quantidade aproximada.
- d) inadequada, pois o verbo deve concordar com o sujeito sintático “a Organização Mundial de Saúde”.
- e) inadequada, pois o verbo “existir”, assim como o verbo “haver”, é impessoal, devendo, portanto, ficar no singular.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- b) o prazo do concurso público será de até um ano prorrogável por mais um ano.
- c) o cargo público é acessível aos brasileiros, estrangeiros e refugiados na forma da lei.
- d) não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

12. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observado(a):

- a) a dependência das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento, às secretarias de desportos estaduais.
- b) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.
- c) o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não-profissional.
- d) a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação internacional.
- e) o incentivo mediante pagamento de bolsas de estudo para fomentar o treinamento de estudantes em esportes aquáticos.

13. A lei nº 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades nacionais e locais.
- c) promover a interiorização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
- d) orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação da lei de diretrizes da educação.
- e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de engenharias, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica.

14. A posse no cargo público requer o preenchimento de uma série de requisitos. Assinale a alternativa **correta** que aponta uma das formas de provimento do cargo público:

- a) transferência
- b) ascensão
- c) permuta
- d) resgate
- e) reintegração

15. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens, **exceto**:

- a) ajuda de custo
- b) gratificações
- c) adicionais
- d) diárias
- e) adicional de remoção

16. A vacância acontece quando o cargo público fica vago ou desocupado. A lei nº 8.112/90 faz referência às hipóteses em que ocorre a vacância de cargo público. Verifique as proposições e assinale a associação **correta**:

(1) Exoneração

(2) Demissão

(3) Promoção

(4) Readaptação

(5) Aposentadoria

(A) Passagem de um cargo de classe inferior para um cargo de classe superior da mesma natureza de trabalho.

(B) Investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

(C) Provimento efetivo na condição de inativo, assegurando-lhe a percepção vitalícia de proventos em valor determinado.

(D) Pena aplicada ao servidor que comete ato ilícito.

(E) Quando, ao tomar posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

A associação **correta** se dá na alternativa:

- a) (1-E), (2-C), (3-A), (4-B), (5-D)
- b) (1-E), (2-D), (3-B), (4-A), (5-C)
- c) (1-E), (2-D), (3-A), (4-B), (5-C)
- d) (1-A), (2-B), (3-C), (4-E), (5-D)
- e) (1-B), (2-C), (3-D), (4-A), (5-E)

17. Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira do servidor técnico-administrativo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem, em pelo menos, uma das seguintes situações:

- a) preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal.
- b) possuir o mínimo de 3 (três) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição.
- c) ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de liderança em instituições da administração pública.
- d) ter a qualificação de doutor ou mestre em administração pública.
- e) ter sido promovido pelo menos uma vez num período de 5 anos.

18. A exigência de conduta leal e justa do servidor público civil do Poder Executivo Federal é inerente ao próprio Estado Democrático de Direito. Busca-se, por meio do Código de Ética Profissional, que seja adotado comportamento moral e ético, mediante um sistema de vedações impostas ao servidor público. De acordo com a referida legislação, é **vedado** ao servidor:

- a) usar de artifícios para dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa.
- b) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance para atendimento do seu mister.

- c) retirar da repartição pública, quando legalmente autorizado, documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
- d) desviar servidor público para atendimento a interesse público.
- e) exercer atividade profissional ética.

19. Em recente alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promovida pela lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019, fixaram-se prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. A mudança legislativa permite que o aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, tenha assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades.

Nessa hipótese, assinale a alternativa **correta**:

- a) A critério da instituição de ensino pública ou privada, mediante prévio pagamento dos custos extras, poderá ser aplicada prova ou aula de reposição;
- b) A critério da instituição de ensino pública ou privada, mediante prévio pagamento dos custos extras, poderá ser aplicado trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa;
- c) A critério do aluno e sem custos, poderá ser aplicado trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa;
- d) A prestação alternativa poderá ir além dos parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência;
- e) O cumprimento das formas de prestação alternativa substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

20. De acordo com o Direito à Educação e Dever de Educar, assinale a alternativa **correta** acerca da garantia de efetivação do dever do Estado com educação pública:

- a) acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos.
- b) educação infantil gratuita às crianças de até 3 (três) anos de idade.
- c) educação básica obrigatória e gratuita até os 18 (dezoito) anos de idade.
- d) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência.
- e) padrões máximos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Indique a **única opção** que contém ingressos e dispêndios extraorçamentários, respectivamente:

- a) recebimento de depósitos e pagamento de Aviso de Regularização de Obra (ARO)
- b) doações não previstas no orçamento e pagamento de restos a pagar.
- c) royalties e pagamento de pessoal
- d) cobrança de dívida ativa e pagamento de empréstimos
- e) alienação de bens imóveis e pagamento de juros

22. Suponha que o IFPI conclua uma licitação de obras em 01 de março de 2019. Pelo cronograma físico, 25% da obra deve ser executada em 2019, 50% em 2020 e 25% em 2021. Mesmo dentro de cada exercício, a conferência será parcelada por meio da checagem dos Boletins de Obras. O valor da obra foi de R\$ 10.000.000.

Desse modo, qual o tipo de empenho e quanto deve ser empenhado em 2019?

- a) Estimativa; R\$ 10.000.000
- b) Ordinário; R\$ 10.000.000
- c) Global; R\$ 10.000.000
- d) Estimativa; R\$ 2.500.000
- e) Global; R\$ 2.500.000

23. Qual das situações a seguir gera desequilíbrio no Balanço Orçamentário de 2019?

- a) Excesso de gastos em 2019.
- b) Excesso de arrecadação em 2019.
- c) Abertura de crédito adicional utilizando o superávit financeiro de 2018
- d) Abertura de crédito adicional utilizando o excesso de arrecadação em 2019.
- e) Resultado orçamentário positivo em 2019.

24. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo, _____ mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a afirmação.

- a) Presidente da República
- b) Congresso Nacional
- c) Executivo
- d) Judiciário
- e) Vice-presidente da República

25. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Portanto a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas

- a) quando houver autorização detalhada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- b) se houver autorização específica no Plano Plurianual, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- c) se não ultrapassar o limite de 30% da Receita Corrente Líquida.

d) caso exista prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

e) quando constar na Lei Orçamentária Anual item específico que autorize as contratações e aumentos, sem ultrapassar os limites de cada ente federativo.

26. Quanto aos Elementos do Estado, podemos afirmar, de forma **correta**, que

a) a População é uma reunião de indivíduos num determinado local, submetidos a um poder descentralizado, sendo que o Estado vai controlar essas pessoas, visando, através do Direito, o bem comum.

b) a População pode ser classificada como nação, quando os indivíduos que habitam o mesmo território possuem como elementos incomuns a cultura, língua e religião. Possuem nacionalidades, cultura, etnias e religiões diferentes.

c) o Território é considerado um Espaço geográfico onde reside determinada população. O Território é o limite de atuação dos poderes do Estado. Não poderá haver dois Estados exercendo seu poder num único território, sendo que os indivíduos que habitam um Território estão submetidos a esse poder uno.

d) a Soberania é o exercício do poder do Estado, exclusivamente interno. Dessa forma, o Estado deverá ter ampla liberdade para controlar seus recursos, decidir os rumos políticos, econômicos e sociais internamente e não depender de nenhum outro Estado ou órgão internacional.

e) a População é uma reunião de indivíduos num determinado local, limitada pelo Território, através dos limites de atuação dos poderes do Estado. O Estado deverá ter ampla liberdade para controlar seus recursos, decidir os rumos políticos, econômicos e sociais, dependendo de forma externa de decisões de órgãos internacionais para exercer sua soberania.

27. Sobre Administração Pública, é **correto** afirmar que

a) a Administração Pública pode ser definida, objetivamente, como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado, e, subjetivamente, como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses coletivos.

b) de acordo com o aspecto operacional, Administração Pública é definida como o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado, em benefício da coletividade.

c) a Administração Pública pode ser direta, quando composta pelas suas entidades estatais, que possuem personalidade jurídica própria, ou indireta quando composta por entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais.

d) em sentido objetivo, a Administração Pública, pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses individuais.

e) em sentido subjetivo, pode-se definir Administração Pública, como sendo o conjunto de órgãos e de pessoas físicas e jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

28. Quanto aos poderes do Estado, **não** podemos afirmar que

a) a existência de três Poderes e a ideia de que haja um equilíbrio entre esses poderes, de modo que cada um dos três exerça um certo controle sobre os outros, é uma característica das democracias modernas.

b) o Poder Executivo é caracterizado pela denominação de próprio Governo. Numa república presidencialista, o Poder Executivo é constituído pelo Presidente da República, supremo mandatário da nação, e por seus auxiliares diretos, os Ministros de Estado.

c) o Poder Executivo exerce a função administrativa, gerenciando os negócios do Estado, aplicando a lei e zelando pelo seu cumprimento, porém, também tem exercido, modernamente, de modo limitado, a atividade legislativa através da edição de medidas

provisórias com força de lei e da criação de regulamentos para o cumprimento das leis.

d) fazer leis ou legislar é a função básica do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, sendo que o Congresso também fiscaliza as contas do Executivo, por meio de Tribunais de Contas que são seus órgãos auxiliares, bem como investiga autoridades públicas, por meio de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs).

e) o Poder Judiciário tem o poder de aplicar a lei em conjunto com o Poder Executivo, nos casos concretos submetidos à sua apreciação. Dessa forma, cabe aos juízes garantir o livre e pleno debate da questão que opõe duas ou mais partes numa disputa, permitindo que todos os que serão afetados pela decisão da Justiça expor suas razões e argumentos.

29. Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público Estrutura Conceitual, estão entre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), **exceto**:

- a) tempestividade
- b) verificabilidade
- c) compreensibilidade
- d) materialidade
- e) comparabilidade

30. Sobre os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), é **correto** afirmar:

- a) Os RCPGs fornecem todas as informações que os usuários necessitam para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- b) Os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando estes detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas.

c) Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

d) Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil não são determinados com base nos usuários dos RCPGs e suas necessidades de informações.

e) Os RCPGs fornecem informação sobre os resultados, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade durante o exercício, os ativos e os passivos na data do relatório e as alterações realizadas nesses itens durante o período (situação patrimonial), excetuando-se os resultados obtidos na prestação de serviços.

31. A respeito dos elementos utilizados nas demonstrações contábeis, é **correto** afirmar:

- a) A contribuição dos proprietários não pode tomar a forma de aporte de recursos subsequente, inclusive quando da reestruturação da entidade.
- b) A distribuição aos proprietários pode ser: o retorno sobre investimento; o retorno total ou parcial de investimentos; ou no caso da extinção ou reestruturação da entidade, o retorno de qualquer recurso residual.
- c) Receitas e despesas serão originadas, exclusivamente, de transações individuais.
- d) Obrigação presente é uma obrigação que ocorre necessariamente por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada).
- e) A identificação de terceiros é uma indicação da existência de obrigação que dá origem a um passivo. Portanto é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista.

32. Considerando os critérios que devem ser satisfeitos para que um elemento seja reconhecido nas demonstrações contábeis, assinale a opção **incorreta**.

- a) A falha ao se reconhecer itens que satisfazem a definição de elemento e os critérios de reconhecimento utilizados é convalidada pela evidenciação das políticas contábeis, notas ou outro detalhe explicativo.
- b) Pode haver incerteza associada à mensuração de montantes apresentados nas demonstrações contábeis.
- c) O reconhecimento envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento.
- d) A evidenciação pode também fornecer informação sobre os itens que satisfazem a definição de elemento, mas que não podem ser mensurados de maneira que satisfaça suficientemente as características qualitativas e ir de encontro aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.
- e) Ao se avaliar a incerteza sobre a existência do elemento, os mesmos critérios devem ser utilizados para o desconhecimento, tais como aqueles utilizados no reconhecimento inicial.

33. Considere as seguintes assertivas a respeito da apresentação da informação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, inclusive nas demonstrações contábeis dos governos e outras entidades do setor público.

I - Os RCPGs não podem incluir informação adicional derivada de fontes distintas do sistema de informação financeira;

II - Os benefícios para os usuários ao receberem a informação precisam justificar os custos das entidades em coletar e apresentar a informação;

III - A informação exposta é destacadamente apresentada utilizando-se técnicas de apresentação apropriadas, como classificações, margens, quadros e gráficos;

IV - As demonstrações contábeis evidenciam de modo abrangente o desempenho dos serviços da entidade;

V - Todas as transações materiais, eventos e outros itens reportados são apresentados de maneira que transmitam a sua essência em vez

da sua forma jurídica ou outra forma, de modo que as características qualitativas da relevância e da representação fidedigna sejam alcançadas.

É **correto** o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II, III e V, apenas.
- c) I, III e V, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

34. A respeito das características dos principais documentos de entrada de dados no Sistema Integrado Administrativo Financeiro do Governo Federal, assinale a opção **incorreta**.

- a) A Nota de Movimentação de Crédito (NC) poderá ser utilizada para registrar a movimentação interna e externa de créditos e suas anulações.
- b) A Ordem Bancária de Crédito (OBC) será utilizada para pagamentos por meio de crédito em conta corrente do favorecido na rede bancária.
- c) A Nota de Dotação (ND) é o documento utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública federal.
- d) O Documento de Arrecadação da Receita Federal destina-se à arrecadação de tributos federais que tenham como contribuintes os órgãos e as entidades integrantes da Conta Única do Tesouro Nacional.
- e) A nota de Empenho (NE) pode ser utilizada para se promover o reforço ou anulação do empenho a que se refere.

35. O Orçamento originou-se pela necessidade de regular a discricionariedade dos governantes na destinação dos recursos públicos. Sobre as Técnicas Orçamentárias, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) No Brasil, o Orçamento Clássico ou Tradicional, a prática orçamentária federal que antecede à Lei nº 4.320, de 1964, baseava-se na técnica tradicional de orçamentação. Essa técnica clássica produzia um orçamento que se restringia à previsão da receita e à autorização de despesas.

b) No Orçamento de Desempenho ou de Realizações a evolução do orçamento clássico trouxe um novo enfoque na elaboração da peça orçamentária. Dessa forma, evidenciar o que governo compra, passa a ser menos importante em relação ao que o governo faz.

c) A concepção do Orçamento de Desempenho ou de Realizações está associada à ideia de planejamento. Assim, esse orçamento deve considerar os objetivos que o governo pretende alcançar, durante um período determinado de tempo.

d) O Orçamento-Programa ultrapassa a fronteira do orçamento como simples documento financeiro, aumentando sua dimensão. O orçamento passa a ser um instrumento de operacionalização das ações do governo, em consonância com os planos e diretrizes formuladas no planejamento.

e) O Orçamento-Programa tem uma lógica que o distingue de outros modelos que pode ser traduzida em fases que, ao serem cumpridas, dão a esse modelo toda a sua peculiaridade, tomando como um exemplo: como fase, a determinação da situação, e como característica, a identificação dos problemas existentes.

36. O orçamento-programa, em sua elaboração, diferencia-se de outros modelos em fases que, ao serem cumpridas, dão a esse modelo toda a sua peculiaridade. Assinale a alternativa em que orçamento-programa, entre as fases e características, apresenta uma associação de forma **incorreta**:

a) O orçamento-programa, tendo como fase a determinação da situação, tem como característica a identificação dos problemas existentes.

b) O orçamento-programa, tendo como fase o diagnóstico da situação, tem como característica a identificação das causas que concorrem para o surgimento dos problemas.

c) O orçamento-programa, tendo como fase a apresentação das soluções, tem como característica a identificação das alternativas viáveis para solucionar os problemas.

d) O orçamento-programa, tendo como fase a definição dos objetivos, tem como característica o estabelecimento do que se pretende fazer e o que se conseguirá com isso.

e) O orçamento-programa, tendo como fase a determinação das tarefas, tem como característica arrolamento dos meios, sejam recursos humanos, materiais, técnicos, institucionais ou serviços de terceiros necessários.

37. O art. 48 da lei nº 101 de 2000, que trata sobre finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, versa sobre os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Assinale a alternativa **correta**.

a) Dentre os documentos evidenciados no art. 48 da lei nº 101/2000, os planos e orçamentos são de divulgação opcional, já que constam na Constituição Federal artigo que trata sobre os mesmos.

b) As leis de diretrizes orçamentárias são optativas para a Federação e de publicação obrigatória para Estados e municípios, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos, são instrumentos citados na Lei, dentre outros que devem ser disponibilizados e dados ampla divulgação à sociedade.

d) Conforme o art. 48 da lei nº 101 de 2000, apenas os Relatório de Arrecadação e de Gastos deve ser divulgado amplamente à sociedade.

e) Instrumentos de Gestão Fiscal devem ser encaminhados ao Congresso Nacional e depois arquivados.

38. Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos adotados pela Administração Pública para registro formal de preços relativos à execução de serviços e fornecimento de bens. Sobre as peculiaridades do SRP assinale a opção **incorreta**.

- a) Uma das peculiaridades do sistema de registro de preços é de que não está a Administração obrigada a contratar o bem ou serviço registrado. A contratação somente ocorre se houver interesse do órgão/entidade.
- b) Compromete-se o licitante a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos máximos licitados.
- c) Observados o prazo de validade do registro e os quantitativos máximos, previamente indicados na licitação, a Administração poderá realizar tantas contratações quantas se fizerem necessárias.
- d) Licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há obrigatoriedade e dever de contratar.
- e) Deve o SRP ser adotado preferencialmente quando não houver necessidade de contratações frequentes ou quando for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

39. Dispõe o art. 24, inciso V, da Lei de Licitações que é dispensável licitação quando não acudirem interessados e esta justificadamente não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. Nesse caso, deverão ser mantidas todas as condições previamente estabelecidas. Assinale a alternativa **correta**, que trata sobre os requisitos legitimadores dessa hipótese de contratação.

- a) Licitação anteriormente realizada, ausência de interessados, risco de prejuízos para Administração, se o processo licitatório vier a ser repetido; manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.
- b) Ausência de interessados e risco de prejuízos para Administração são hipóteses que, por si só, já autorizam o ordenador de despesa a contratar e a alterar as condições ofertadas no ato convocatório anterior.

c) A ausência de interessados, por si só, já autorizam o ordenador de despesa a contratar e a alterar as condições ofertadas no ato convocatório anterior.

d) O manifesto desinteresse dos convidados, em um processo licitatório, pode ser caracterizado pelo não comparecimento deles, não necessitando manifestarem os seus desinteresses por escrito.

e) A licitação deserta pode ser vista pelos órgãos fiscalizadores como resultante de exigências descabidas, cláusulas discriminatórias. Portanto o requisito principal que legitima o art. 24, inciso V da Lei de Licitações, é a justificativa e a opção pela manutenção ou não das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

40. Sobre a lei nº 4.320 de 1964, no Capítulo II, Elaboração da Proposta Orçamentária, assinale a alternativa **incorreta**.

a) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um biênio.

b) O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá: as despesas e, como couber, também as receitas previstas em planos especiais aprovados em lei e destinados a atender a regiões ou a setores da administração ou da economia, as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam; em anexos, as despesas de capital das entidades referidas no Título X dessa lei, com indicação das respectivas receitas, para as quais forem previstas transferências de capital.

c) Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre que possível serão correlacionados a metas objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

d) Consideram-se metas os resultados que se pretende obter com a realização de cada programa.

e) A proposta orçamentária conterá o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.

